

...do direito de propriedade, a família colonial era formada pelo pai, a mãe e os filhos. O pai era o chefe da família e tinha o direito de administrar os bens comuns. A mãe era responsável pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Os filhos eram considerados membros da família e tinham o direito de herdar os bens do pai. A família colonial era baseada no trabalho e na produção. O pai era o chefe da família e tinha o direito de administrar os bens comuns. A mãe era responsável pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Os filhos eram considerados membros da família e tinham o direito de herdar os bens do pai. A família colonial era baseada no trabalho e na produção.

...do direito de propriedade, a família colonial era formada pelo pai, a mãe e os filhos. O pai era o chefe da família e tinha o direito de administrar os bens comuns. A mãe era responsável pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Os filhos eram considerados membros da família e tinham o direito de herdar os bens do pai. A família colonial era baseada no trabalho e na produção.

...do direito de propriedade, a família colonial era formada pelo pai, a mãe e os filhos. O pai era o chefe da família e tinha o direito de administrar os bens comuns. A mãe era responsável pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Os filhos eram considerados membros da família e tinham o direito de herdar os bens do pai. A família colonial era baseada no trabalho e na produção.

CAPÍTULO V

ADULTOS E CRIANÇAS

1. Direito do pai, morte dos filhos.

No sistema colonial o filho ocupava uma posição puramente instrumental dentro da família. Não que fosse tratado como «utensílio» ou «coisa», ao mesmo título do escravo. Sua posição era instrumental no sentido de secundária. De não ser o motivo operante, o móvel principal da atividade familiar. Como os demais membros da parentela ele era visto e valorizado enquanto elemento posto a serviço do poder paterno. A imagem do filho era, portanto, despida dos atrativos que atualmente a compõem. De hábito, ele tinha direito apenas a uma atenção genérica, não-personalizada. A família funcionava como um epicentro do direito do pai que monopolizava o interesse da prole e da mulher.

Pôlo de atração da vida familiar, o pai isentava-se, por sua vez, de maiores compromissos ou manifestações afetivas para com os filhos. Consciente de seus direitos e inconscientes do

que ulteriormente foi definido como seu dever, o chefe da casa comportava-se de modo bastante diverso de um pai moderno.

Nos inventários tratados por Alcântara Machado este comportamento afetivo surge de maneira inequívoca. Um certo Antônio Pedroso de Barros dizia em seu testamento: «ficam alguns bastardos que não sei a verdade de quantos são meus». ¹ Em outro testamento lê-se: «uma criança que dizem ser filho dele testador ... que dizem ser seu filho ... que dizem ser meus». ² Pascoal Monteiro, outro testante, dizia: «libertei um moço da casa de Domingos Dias pelo amor de Deus, só por me dizer o dito Domingos que era meu filho e ter ele essa presunção». ³ E João da Costa, também testador, afirmava: «F. diz que é meu filho; tudo pode ser; e, se o for, ele dará mostras de si...» ⁴

Que não se pense, no entanto, encontrar esta despersonalização afetiva apenas entre pais e filhos bastardos. Manuel João Branco em seu testamento deixava dito: «declaro que sou casado na Vila de S. Paulo com Maria Leme ... da qual minha mulher tive e tenho três filhos a saber ... e outra por nome não perca que foi casada...» ⁵ Neste caso, o pai havia esquecido o nome de um dos filhos legítimos. E, o mais significativo, numa família pequena para o padrão da época. ⁶

Este último dado é importante na medida em que desvincula a regra afetiva da extensão da prole. Embora o grande número

de filhos na família antiga pudesse ter sido responsável pela diluição do afeto dedicado a cada um deles, este fato, por si só, não explica a conduta sentimental do pai. Inversamente, com-prova o papel instrumental que o filho tinha na família e como este papel repercutiu na avaliação emocional da criança.

A criança, até o séc. XIX, permaneceu prisioneira do papel social do filho. Sua situação sentimental refletia a posição que este último desfrutava na casa. A imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada merecedora do desvelo absoluto dos pais, é uma imagem recente. A família colonial ignorava-a ou subestimava-a. Em virtude disto, privou-a do tipo e quota de afeição que, modernamente, reconhecemos como indispensáveis a seu desenvolvimento físico e emocional. Nem sempre o neném foi «majestade» na família. Durante muito tempo seu trono foi ocupado pelo pai. O universo cultural dos três primeiros séculos, possuído pelo culto à propriedade, ao passado e à religião assim o determinava: ao pai, ao adulto, os louros; ao filho, à criança, as batatas!

Para que se possa avaliar a situação do filho-criança na família é necessário entender a importância desses itens culturais da sociedade colonial: o valor da propriedade, do saber tradicional e da ética religiosa.

Na estrutura econômica da Colônia, não havia trinta e seis maneiras dos indivíduos subsistirem material e socialmente: ou se apropriavam ou se deixavam apropriar. A parcela dos «homens livres na ordem escravocrata» era mínima. A sociedade brasileira dividia-se, basicamente, em senhores e escravos. Assim sendo, a luta pela propriedade e a luta pela subsistência social eram indissociáveis. Quem ganhasse a primeira assegurava a segunda. A criação e a preservação do patrimônio capitalizavam a força e a disponibilidade de todos os membros do grupo familiar. Fenômeno que explica a importância do pai na família.

Numa época em que a defesa dos bens dependia, em grande parte, da violência com que o meio ambiente era subjugado, a iniciativa pessoal, a presteza de ação, a força moral e o respeito social eram condições imprescindíveis a quem pretendesse adquirir-los ou mantê-los. Culturalmente, todos esses predicados eram privilégio do homem-adulto, chefe da casa. Só ele possuía

1. Machado, José de Alcântara. op. cit., p. 150.

2. Ibid.

3. Ibid.

4. Ibid.

5. Ibid.

6. Embora não se possa contar com dados absolutamente confiáveis no que concerne as estatísticas de natalidade e fecundidade, os elementos disponíveis indicam que, muito provavelmente, o número de filhos nas famílias da elite colonial era grande. Alfredo Ellis Jr. observou que, nas «grandes famílias» e nas «famílias patriarcais» paulistas do séc. XVI este número variava entre 7 e 15. No séc. XVII, nestas mesmas categorias familiares, a variação ia de 7 à 18 e, no séc. XVIII, de 8 à 25. É bem possível que à este alto padrão de natalidade correspondesse um alto índice de mortalidade, dadas as condições da época. De qualquer modo, mesmo levando em conta este último fator, o número de filhos deveria ser elevado, pela simples razão de que estas estatísticas consideravam apenas os legítimos.

Ellis Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*, 2ª ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1976, pp. 106-107.

a energia necessária para explorar escravos; produzir bastardos; destruir opositores; vingar atentados à honra da família, etc. O pai era o princípio da vitalidade doméstica, que encontrava nele o ponto máximo de sua resistência. Seu poder, prestígio e honrabilidade não podiam ser tocados, sob pena de ruir todo o edifício familiar. Ele precisava, portanto, da aquiescência e da submissão completa de todos os outros membros do grupo para cumprir seu papel. Esta posição nevrálgica explica a passividade com que os filhos sujeitavam-se ao seu despotismo.

A maneira como o autoritarismo do patriarca abateu-se sobre a família, em particular sobre os filhos, foi fartamente descrita por cronistas e historiadores da época. Ewbank narra a história de filhas que, por questões amorosas, desobedeceram aos pais e foram enclausuradas nas Casas de Recolhimento, algumas vindo a enlouquecer, como a lendária «Irmã Paula». ⁷ Luiz Edmundo, citando Pedro Taques, conta a história de um pai que «só por ver nas mãos da filha um lenço que se agitava no ar, quando a mesma o levava a um coradouro, tomando o manejo por sinal feito a qualquer namorado, armou-se de uma faca e atravessou de lado a lado o coração da pobre rapariga». ⁸ Referiu-se ainda o mesmo autor a uma história reportada por Tristão de Araripe em que o pai, com ciúme do filho mais novo por causa de uma escrava, obrigou o filho mais velho a matar o próprio irmão. ⁹

Em todo este anedotário, mito e realidade misturam-se. Os confins da ficção e as fronteiras do real confundem-se, demonstrando o terror e a admiração que o personagem paterno inspirava à mentalidade antiga. Principalmente aos filhos que, desde cedo, acostumavam-se, por meio de castigos físicos extremamente brutais, a não duvidarem de sua prepotência. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (às vezes com alfinetes na ponta), cipós, galhos de goiabeira e objetos de sevícias

7. Ewbank, Thomas, op. cit., v. 1, pp. 162-163.

8. Edmundo, Luis, op. cit., v. 2, p. 393.

9. *Ibid.*, p. 394.

do gênero, ensinavam-lhes que a obediência incontinenti era o único modo de escapar à punição. ¹⁰

Essa condensação operada na figura do pai-proprietário foi, seguramente, a maior fonte de sustentação do poder do patriarca. Mulheres e filhos viam no homem o patrão e o protetor. Fora da casa não havia salvação. Nenhum instituição social propunha-se a abrigar os trânsfugas. Muito ao contrário, a imagem projetada pelo meio social era a de fraqueza diante do senhorio.

No entanto, além destes expedientes prático-informais, a prepotência do senhor fez-se legitimar por vários elementos em prestados à ordem jurídica vigente. Um dos meios legais de que dispunha o chefe da família para manter íntegra sua propriedade e, em consequência, suas riquezas e seu poder, era o regime sucessório de bens. A instituição do morgadio determinava que o primogênito homem, o morgado, fosse o único herdeiro da propriedade. Por meio desta lei, as riquezas continuavam indivisíveis, favorecendo a continuidade do poder paterno. Ao mesmo tempo, reservando o direito de herança ao homem, a justiça colonial excluía as mulheres do quadro de poder e decisões familiares. O morgado, acumulando todos os privilégios do pai, tornava-se um novo déspota. Esta situação persistiu até o séc. XIX, quando a lei de 6 de outubro de 1835 extinguiu o morgadio. ¹¹ Sinal evidente da decadência do *pater familias* e de seu poder junto a mulheres e filhos.

Além de favorecer o poderio paterno através do morgadio, a justiça concedia ao pai o direito de castigar escravos, filhos e mulheres, «emendando-lhes das más manhas», conforme ditavam as Ordenações do Reino. ¹²

Ewbank observou como essas prerrogativas ditatoriais eram exorbitantes, sobretudo no caso de mulheres internadas à força em conventos por ordem do pai: «Nenhuma autoridade civil

10. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 497.

11. ver: Vitor Nunes Leal, op. cit., p. 54.

12. Edmundo, Luis, op. cit., v. 2, p. 393.

podia entrar num convento para instaurar lá um processo; e, sob o velho regime, um pai tinha poderes ilimitados sobre as filhas. Os únicos meios de modificar a situação eram: 1) Através do bispo; mas enquanto a abadessa estivesse em conluio com os pais da vítima, esta poderia gastar os dedos até os ossos escrevendo petições, que jamais conseguia fazer chegar até o prelado. Nenhum pedacinho de papel entra ou sai do convento sem o consentimento da abadessa. 2) O bispo teria de apelar para Lisboa; e, 3) Através das autoridades eclesiásticas da capital portuguesa, a Corte de Roma tinha de ser consultada.¹³ Em termos práticos, qualquer recurso legal da parte dos filhos contra o autoritarismo do pai era absolutamente inútil.

Contudo, a posição privilegiada do pai não era apenas consequência do tipo de poder que ele exercia, mas também do tipo de saber que ele detinha.

Na Colônia, sobreviver, expandir-se ou progredir eram sinônimos de repetir. O pai sábio e eficiente era o que conseguia reeditar com a maior fidelidade possível, as fórmulas de dominação de seus antecessores. A solidez material da propriedade dependia deste conhecimento oriundo da tradição oral e da experiência própria. O velho era mais importante que o novo. O atraso cultural do país não permitia a circulação de inovações técnicas. A informação útil tinha sua fonte no passado. A vida em família era um permanente exercício de escuta do que passou. E o chefe da casa, tradutor e porta-voz das lições dos ancestrais. Seus interlocutores, portanto, deviam estar à altura do legado que ele se encarregava de transmitir. A criança, conseqüentemente, achava-se excluída desse rol. Sem ter vivido bastante para entender o passado e sem responsabilidade suficiente para respeitar a experiência, o «párvulo» não merecia a mesma consideração do adulto.

Do ponto de vista da propriedade, a criança era um acessório supérfluo. Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família. A criança tinha uma vida paralela à eco-

13. Ewbank, Thomas. op. cit., v. 1, pp. 163-164.

nomia doméstica. Onde o fenômeno da «adultização» precoce da infância.¹⁴ Tão logo chegavam à puberdade, os filhos eram levados a assumir a postura de adultos. Assim, adquiriam o direito a uma maior participação na atenção da família.

A organização sócio-econômica familiar e o saber passadista que a estruturava relegavam a criança a uma espécie de limbo cultural em que permanecia até a puberdade. Cimentando estes dois fatores encontrava-se a visão religiosa da cultura.

O filho-criança, segundo o catolicismo colonial, era o resultado inevitável da concupiscência humana. Sua vida era a marca do controle religioso sobre os desregramentos da Carne. Como o próprio casamento, o filho representava a incapacidade do homem em renunciar aos prazeres do mundo. Já que não se podia coagir todo adulto ao celibato, aceitava-se o casamento. Mas como um «mal menor». No melhor dos casos, a criança era mostrada e aceita como prova da obrigação do adulto em «propagar o gênero humano».¹⁵

Exceto nas experiências de «redução» dos jesuítas, em que desempenhou um papel importante na conversão dos pais, a criança, enquanto ser biológico e sentimental, era desprezada pela religião. Vieira dizia: «No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras. E que seja mal ressuscitado por culpa sua quem foi bem-nascido sem merecimento seu! Lástima grande. Ressuscitar bem sobre haver nascido mal, é emendar a fortuna; ressuscitar mal sobre haver nascido bem, é pior que degenerar da natureza. (...) Nascer bem é obrigação de ressuscitar melhor. Estas são as obrigações com que nasceste».

«O mais bem-nascido homem que houve, nem pode haver, foi Cristo, ninguém teve melhor pai, nem melhor mãe; e, foi notar Santo Agostinho, que se Cristo nasceu bem, ressuscitou melhor.»¹⁶

14. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 1, pp. 211-250.

15. Benci, Jorge S. J. op. cit., p. 82.

16. Vieira, Antonio (Pe.). op. cit., pp. 114-115.

especie. Não posso ter uma opinião boa sobre o futuro de um Estado onde assim se dissolvem os mais fortes laços dos seres deste mundo.»¹⁷

Burton confirma a difusão desta hábito: «um anjinho ou inocente, criança muito jovem, morre sem ser lamentada pois sua felicidade futura é certa.»¹⁸ Seidler e Ewbank também fizeram observações semelhantes.¹⁹ Luiz Edmundo oferece um outro curioso testemunho desta realidade, o da batida dos sinos. No extenso repertório de batidas dos sinos coloniais, as que anunciavam a morte de crianças, tinham a seguinte versão na língua falada: «Feliz anjinho

Que vai p'ro céu

Feliz anjinho

Que vai p'ro céu»²⁰

Gilberto Freyre levanta a hipótese desta representação ter sido forjada pelos jesuítas: «diante do número alarmante de crianças índias que a morte levou no séc. XVI os jesuítas teriam espalhado, para consolo das mães e no interesse da catequese, que era uma «felicidade» os pequeninos iam para o céu.»²¹ Tal hipótese é plausível, contanto que não se despreze outras possibilidades de explicação.

Segundo Ariès, data do catolicismo medieval o costume de representar, através da pintura, a criança como «criatura angelical», figura sagrada ou alegoria da alma do adulto.²² É provável que os jesuítas tenham se apropriado deste parentesco tradicional da criança com o anjo, reorientando-o para as finalidades da Ordem. De qualquer modo, o efeito conjunto destes motivos deve ter sido potencializado pela ausência, quase completa, de valorização da vida biológico-moral da criança.

Voltado para a imortalidade, o catolicismo interessava-se predominantemente pelo adulto capaz de responsabilizar-se diante de Deus por suas boas ou más obras. Este era o alvo fundamental de sua catequese e cuidados. O nascer bem, o ter tido bom pai e boa mãe não determinavam a boa ressurreição. O importante não era a vida durante a existência, mas a vida após a morte. A criança bem amada pela família pouco ou nada significava aos olhos da Igreja. Sua natureza biológica ou sua formação emocional não influíam em sua salvação. Seu único valor advinha de sua função espiritual. A criança só era relevante para o catolicismo enquanto signo de pureza e inocência. Neste caso, o modelo de perfeição espiritual que ela encarnava servia de exemplo e correção à alma pecadora do homem.

A mentalidade religiosa antiga dissociou a existência da criança. A vida concreta e material foi recalçada em proveito da vida sobrenatural. A criança venerada pela religião era o «anjo». Representação corrente da natureza infantil, o «anjo» circulava em todos os recantos da vida cultural da Colônia. Nas festas religiosas meninos e meninas costumavam desfilarem vestidos de anjos, reativando periodicamente esta imagem da infância. Mas foi sobretudo no culto à criança morta que a força desta representação manifestou-se com mais limpidez.

A criança morta, o «anjinho», mereceu uma devoção especial da cultura familiar dos primeiros tempos. Fenômeno que não escapou à observação dos viajantes estrangeiros, cujas mentalidades secularizadas escandalizavam-se diante dessa reação à morte. Luccock relatou, chocado, uma dessas cenas: «Em uma dessas ocasiões foi ouvida uma mãe que assim se exprimia: 'ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou!' repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo isolado de sentimentos maternais estranhos, poderia ainda ser considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar à desculpa dessa

17. Luccock, John. op. cit., p. 80.

18. Burton. The highlands of the Brazil, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 443.

19. Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1976, p. 144; Ewbank, Thomas, op. cit., v. 1, p. 78.

20. Edmundo, Luis, op. cit., v. 1, p. 100.

21. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 443.

22. Ariès, Philippe. *L'enfant et la vie familiale*... op. cit., p. 67.

A excessiva importância dada ao pai, ao patrimônio e à religião reduziu, expressivamente, o espaço físico e sentimental da criança. Tratada como um «adulto incompetente», sua existência não possuía, por assim dizer, nenhum conteúdo positivo. Ela era percebida negativamente, por oposição ao adulto.

Entenda-se bem, o sentido exato desta afirmação não é o de postular que os adultos não viam diferenças entre eles e as crianças. As diferenças existiam. Mas não nos termos em que vieram a ser enunciadas posteriormente.

No período colonial a representação social e religiosa da criança monopolizava o sentido de sua vida. Os papéis culturais de «filho incapaz» e de «anjinho» superpunham-se e obscureciam sua condição de etapa biológico-moral no desenvolvimento do adulto. A vida infantil persistia cindida da vida dos mais velhos, como se seu cerne pertencesse a uma segunda natureza humana. Natureza imprecisa, expectante, que se mantinha em estado larvar até o despertar da puberdade. Entre o adulto e a criança as ligações existentes eram a da propriedade e da religião. Fora disso, um fosso os separava. A «alteridade» e a descontinuidade entre um e outro eram radicais. Os elos que uniam a cadeia das gerações só foram criados quando a família dispôs da representação da criança como matriz físico-emocional do adulto. Por meio das noções de evolução, diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade conciliaram-se. A família pôde, então, ver na criança e no adulto o mesmo e o outro. Daquele momento em diante os papéis invertem-se: a criança passa a determinar a função e o valor do filho.

Esta recodificação da imagem infantil deveu-se, em grande parte, à reação dos higienistas face à mortalidade das crianças. A criança morta deixou de ser vetor da esperança religiosa dos pais para tornar-se um líbello contra o sistema familiar por eles mantido.

Entre 1845 e 1847, o Dr. Haddock Lobo observava que as crianças de 1 a 10 anos concorriram com 51,9% da mortalidade total.²³ Na sessão de 18 de junho de 1846, a Academia Imperial

de Medicina propunha que as seguintes questões fossem discutidas por seus membros: «1º) A que se deve atribuir tão grande mortalidade nas crianças nos 6 primeiros anos de vida? 2º) Quais as moléstias mais frequentes nas crianças?».²⁴ A estas perguntas foram dadas as seguintes respostas: «o hábito de mergulhar as crianças em água mais ou menos quente; modo de cortar-se o cordão empregando-se sobre ele substâncias irritantes; compressão sobre a cabeça das crianças pelas parteiras ou pelas amas quando dormindo; impropriedade da alimentação e do vestuário; aleitamento mercenário; aperto das vestimentas; maus costumes das amas transmitindo sífilis, escrófulas, etc...; abuso de anti-helmínticos; ausência de tratamento médico no princípio das moléstias; vermes intestinais; variações de temperatura; umidade da nossa atmosfera, etc...».²⁵

Pelas respostas dadas vê-se que, dentre as causas de mortalidade, a maioria poderia ser imputada à imprudência dos adultos. Excetuando-se os «vermes intestinais» e os fatores climáticos, todas as outras causas resultavam da incompetência de quem lidava com as crianças.

A etiologia familiar da mortalidade de crianças era evidente. Os pais entregavam seus filhos às escravas ignorantes e deixavam-se assistir por parteiras inábeis. As crianças eram levadas tardiamente aos médicos. Vestiam-se mal e se alimentavam pior.²⁶ Ou então, pela prática de casamentos consanguíneos e pela desproporção de idade entre os cônjuges — hábitos comuns na época — os adultos faziam subir em flecha a taxa dos natimortos.²⁷ Mais grave ainda, atados a superstições e arcaísmos religiosos julgavam «uma felicidade» a morte dos filhos.²⁸

posta a prêmio na sessão de 6 de julho de 1886, e laureada com o 1.º prêmio em sessão magna de 30 de julho de 1887, Rio, 1888, p. 262.

24. Teixeira, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tipografia Central Brown & Evaristo, 1876, p. 85.

25. *Ibid.*

26. Teixeira, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 267.

27. *Ibid.*, p. 414.

28. *Ibid.*, p. 267.

23. ver: Teixeira, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro — Memória apresentada à Imperial Academia de Medicina em resposta a esta questão*

Buscando as razões dessa irresponsabilidade no trato com a vida das crianças, os higienistas esbarraram no afrouxamento dos laços afetivos entre pais e filhos. Em extenso trabalho sobre o tema, José Maria Teixeira achava que «duas grandes causas de ordem social» determinavam a alta mortalidade infantil: a ilegitimidade dos nascimentos e a «falta de educação física, moral e intelectual das mães». ²⁹ Ambas revelavam a omissão, ignorância e descuido dos pais quanto ao destino da prole. No que diz respeito à ilegitimidade, observa-se que a mortalidade dos filhos naturais era duas vezes maior que a dos filhos legítimos. ³⁰ Estas estatísticas eram recolhidas nos arquivos da Misericórdia, que tinha o monopólio dos enterros. Ali todos os óbitos eram registrados. ³¹ Contudo, a fonte estatística mais comumente utilizada pelos higienistas, como prova escandalosa da mortalidade dos ilegítimos, era a Casa dos Expostos.

Igualmente conhecida por Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente «roda», esta instituição foi criada em 1738 por Romão Mattos Duarte, com o objetivo caritativo-assistencial de recolher as crianças abandonadas. ³² O nome de roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da Instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os «expostos». Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente.

Fundada para proteger a honra da família colonial e a vida da infância, a Casa dos Expostos terminou por obter um efeito oposto ao inicialmente previsto. Dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro à suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder

29. *Ibid.*, pp. 269-270.

30. *Ibid.*, p. 408.

31. Teixeira, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 5.
32. Soares, Ubaldino. *O passado heróico da Casa dos Expostos*, Rio de Janeiro, Seção gráfica da Fundação Romão Mattos Duarte, 1959.

os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados. De protetora da honra, a Casa tornou-se um incentivo à libertinagem.

Por outro lado, os higienistas notaram que, fato bem mais grave, a roda convertera-se pela pobreza de instalações e meios de manutenção, num verdadeiro foco autóctone de mortalidade infantil. Entre 1861 e 1874, foram entregues à instituição 8.086 crianças, dos quais 3.545 morreram. Dados que levou um deles a afirmar: «Antes das estatísticas que com sumo cuidado obtivemos antes de procedermos à análise minuciosa dos dados existentes, guiados unicamente pelo coração, éramos partidários decididos das rodas; depois do estudo o nosso espírito vacila e quase que afirma a inutilidade delas, se não for possível diminuir a sua mortandade excessiva e se a justiça pública não intervier para punir os crimes de infanticídio, principalmente por omissão, que muitas vezes encontram nas rodas um meio mais fácil de ocultá-los, entregando-lhes crianças semi-mortas, senão mesmo mortas.

«Se é lamentável o fato de serem encontradas mortas nas rodas dezenas e dezenas de crianças, não é menos lamentável o desleixo da nossa justiça, que não procura punir muitos crimes que estas mortes revelam.» ³³

A Casa dos expostos não apenas favorecia a mortalidade das crianças pela precária atenção que ali lhes era dada. Simultaneamente, incitava a irresponsabilidade dos pais, permitindo-lhes ocultar da sociedade que os filhos morriam por falta de cuidados. Como no caso dos «expostos» deixados na roda já mortos.

No entanto, o problema da mortalidade dos ilegítimos não se esgotava na simples denúncia do sacrifício de vidas infantis pela ignorância e negligência dos adultos. O alcance e os objetivos dessas denúncias eram mais amplos. Os ilegítimos a que se referiam os médicos eram, na maioria, filhos de escravos. Era sabido que muitas escravas, procurando livrar os filhos da escla-

33. Teixeira, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 384-385.

vição, abortavam ou os abandonavam à roda, onde passavam a gozar da condição de libertos.³⁴ Os higienistas encontravam a prova deste fato na diminuição do número de expostos após a lei do ventre livre.³⁵

Considerando esta realidade, poder-se-ia supor que nem a vida das crianças nem os costumes dos pais pertencentes às famílias de elite pudessem estar implicados na denúncia da morte dos ilegítimos. Não era essa contudo a opinião dos médicos que se serviam destas estatísticas e da proporção do fato justamente para atingir o antigo sistema patriarcal.

O Barão do Lavradio; autor de alguns trabalhos sobre o assunto, afirmava em 1887 que a diminuição dos «expostos» é, por conseguinte, da mortalidade dos ilegítimos, devia-se a duas razões: 1º) a redução do número de escravas que procuravam esconder os filhos nascidos da prostituição, inclusive com os próprios senhores; 2º) redução do número de escravas que eram obrigadas a «expor» os filhos para, livres, serem alugadas como amas de leite.³⁶

Estas razões mostravam que a preocupação com a conduta das famílias abastadas era o verdadeiro motor da filantropia higiênica. Na primeira delas o aumento da mortalidade de era posto em relação direta com a prostituição doméstica e, sua diminuição, com o desaparecimento desta prática. Contestava-se, portanto, o antigo comportamento sexual do patriarca, responsabilizando-o pelos índices de mortalidade infantil. Na segunda, a crítica higiênica alvejava simultaneamente a estrutura sócio-econômica da família, o papel da mulher na casa e a atitude do casal diante da vida do filho.

Consideremos separadamente cada um destes pontos implicados no aluguel de escravas como amas de leite no período pós-parto.

34. Reis, João Gomes dos. *Dissertação médico-legal sobre o aborto*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, p. 3.

35. Teixeira, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 42.

36. Lavradio, Barão do. *Parer sobre a memória do Dr. José Maria Teixeira; causas da mortalidade de crianças no Rio de Janeiro*, Rio, 1887, pp. 151-152.

Os higienistas condenavam rigorosamente esta prática julgando-a um abuso: «é necessário reprimir o abuso dos senhores de escravos, que mandam lançar na roda ou abandonam os ingênuos com o fim de alugarem as mães ou obterem delas maior soma de trabalho».³⁷ Um outro médico dizia: «Há entre os senhores das escravas um método horrível e que influi extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim o seu leite nocivo às crianças, isto é, mandar pôr na roda os filhos destas, para assim recuperarem melhor seu aluguel. Observei com grande mágoa muitos destes fatos, quando fui interno de uma das maternidades da Corte. Adormecida a pobre parturiente, quando ela procurava pelo sono recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho de parto, tiravam-lhe o seu inocente filho e mandavam colocá-lo na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordava procurava com ansiedade o fruto de suas entranhas e que sabia que ele havia sido levado para a roda, desfazia-se em lágrimas e mergulhava-se em uma grande tristeza.

«Este fato, que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo sobre o moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança».³⁸

Do mesmo teor é esta outra afirmação: «Há um fato muito conhecido entre nós, e é o seguinte: há certos senhores que têm o costume de mandar pôr os filhos de suas escravas na roda para que obtenham melhor aluguel. Este fato, que parece à primeira vista de pouca importância, influi sobremaneira no moral da escrava, de modo que ela com a lembrança do filho nunca poderá nutrir bem outra criança. Algumas há que, apesar de terem consigo o seu filho, maltratam a criança que têm obrigação de criar, porque foram alugadas ou servem contra a vontade. E não obstante toda a vigilância que as mães empregam, elas não cuidam das crianças como devem».³⁹

37. Vieira, José Cipriano Nunes, op. cit., p. 68.

38. Neves, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e misto e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873, p. 38.

39. Zamith, José Ribeiro dos Santos. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869, p. 30.

Nestes textos, o aluguel de escravas levava à crítica expressa da organização econômica da família. Os senhores além de explorarem os escravos no serviço da casa, serviam-se deles como fonte de renda.

A ética colonial repudiava o trabalho. O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração parasita do trabalho dos outros. Se não era proprietário de terras ou comerciante, procurava locupletar-se em algum cargo burocrático da administração pública. Quando nenhuma dessas possibilidades surgia, sugava o trabalho escravo até a última gota.

O aluguel de escravas como amas de leite fazia parte desta estratégia de subsistência econômica. A renda produzida por aquela atividade era necessária à família que desprezava o trabalho manual e profissionalizante. Em outros termos, a sobrevivência dos adultos exigia a morte das crianças escravas.

Entretanto, se a mortalidade dos ilegítimos denunciava o sistema econômico da família, não era em defesa de suas próprias vidas, mas em defesa da vida de terceiros. A família era acusada de favorecer a ilegitimidade, mas seu crime não consistia em multiplicar a morte das crianças escravas e, sim, em expor seus próprios filhos aos cuidados de amas de leite inaptas.

É importante notar que a maioria das críticas feitas à mortalidade de «expostos» ilegítimos foi feita em meio a trabalhos médicos sobre amamentação. Lamentava-se que os senhores alugassem suas escravas no período puerperal porque naquelas condições elas se tornavam péssimas amas de leite. Aos médicos interessava pouco ou nada o destino das crianças nascidas escravas e mortas na roda. O que importava era o destino das outras, dos filhos bem-nascidos que eram entregues a essas criaturas sem o mínimo de qualidade para nutri-los. As escravas, separadas à força de seus filhos, sofriam abalos morais que estragavam o leite com que deviam amamentar os recém-nascidos de elite. Ou então, deprimidas e contrariadas, tratavam com má-vontade, preguiça e crueldade as crianças de que se ocupavam.

A morte das crianças pobres estimulava a vida das crianças privilegiadas. Não apenas favorecendo a crítica à economia familiar, mas também a crítica ao comportamento das mulheres.

A reformulação da conduta feminina face aos filhos foi outro objetivo da crítica higiênica do aluguel de escravas. É neste sentido que foi movido o processo contra a «falta de educação física, moral e intelectual das mães». Os filhos da elite só caíam em mãos de escravas relapsas e viciadas porque as mães recusavam-se a amamentá-los.

Portanto, a ignorância dos pais impedia-os de ver que o parasitismo econômico sobre os escravos degradava a prole. Atentos ao próprio bem-estar e à preservação dos antigos costumes, punham em risco a vida dos filhos.

Os higienistas perceberam que todo o sistema familiar herdado da Colônia tinha sido montado para satisfazer as exigências da propriedade e as necessidades dos adultos. As crianças, tratadas como apêndice deste sistema, restavam as sobras do banquete. Foi contra esta situação que eles se bateram, vendo claramente que o inimigo principal era o pai, pivô e fulcro de toda a organização familiar.

De fato, a força do pai tendia a manter o círculo vicioso em que a família estava secularmente encerrada. Era ele que, exclusivamente preocupado com a sobrevivência dos hábitos passados, não trabalhava e recorria aos escravos de ganho. Também era ele que, repetindo a tradição colonial, gerava os ilegítimos, concorrendo para a mortalidade infantil.

A mulher, por sua vez, submissa ao homem, não imaginava a importância que tinha na proteção às crianças. No momento em que a urbanização se acelerou, a mulher passou do enclausuramento doméstico à sociabilidade mundana, mas continuou inconsciente de suas obrigações com relação à prole. A moda e as obrigações sociais consumiam o tempo e a energia que deveriam ser dedicados aos filhos.

Os higienistas davam-se conta de que, sem alterar o direito do pai, não atenuariam a morte dos filhos. A família colonial era funesta à infância. Era preciso criar uma nova organização doméstica, onde a dissimetria de poder entre os cônjuges fosse extirpada. Nesta nova família, a antiga omissão para com a

criança daria lugar a uma participação mais justa e equitativa entre homens e mulheres: «Recebendo do pai a proteção material e da mãe a iniciação na educação, o infante prepara-se física, intelectual e moralmente para amar e servir à Humanidade, princípio e fim de suas operações».⁴⁰

Este ideal de família poderia servir de sùmula dos objetivos da higiene doméstica. Em primeiro lugar, o pai era situado no quadro familiar, dentro de limites bem precisos. Ele deveria responsabilizar-se pela proteção material do filho. Tinha, por conseguinte, que buscar uma fonte de rendas que não se opusesse ao bem-estar das crianças. Em segundo lugar, a mulher ganhava um papel autônomo no interior da casa, o de iniciadora da educação infantil. Sua função não seria a de mera guardiã do patrimônio do marido. Finalmente, em terceiro lugar, os papéis da família e da infância eram redefinidos, de modo a se contraporem ao antigo *ethos* familiar. Os filhos deveriam ser criados para amar e servir à «humanidade» e não para amar e servir à família. Ou seja, em vez de servos do pai, deveriam tornar-se serviçais dos outros. Daqueles que podiam manter a família sem necessitar, por exemplo, do aluguel de escravos de ganhos. Dos que podiam, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos e das riquezas familiares sem prejudicar a vida e o progresso de ambos.

O pragmatismo higiênico intuía que nem todos poderiam continuar sendo pais e proprietários dos filhos. Aos que não tivessem condições de manter as duas situações restava ser pai. O Estado agrário precisava apenas de uns poucos patrões para comandá-lo, porém de muitos «pais» para servi-lo. A época em que todos se davam o direito de ser pais e patrões estava encerrada. A higiene revogou essa pretensão mostrando os desastres causados por ela. Os direitos do Estado propugnavam pelos direitos dos filhos. A nova criança reclamava um casal que ao invés de comportar-se como proprietário, aceitasse, prioritariamente, ser tutor. Tutor de filhos cujo verdadeiro proprietário era a nação, o país.

40. Barbosa, Adolpho Alves Simões., op. cit., p. 14.

2. A proteção da infância.

sec. XIX

A apropriação médica da infância fez-se à revelia dos pais. Toda uma série de manobras teóricas mostrava-os como obstáculos à saúde, quando não à própria vida dos filhos, para em seguida ensinar-lhes a maneira adequada de proteger as crianças.

A idéia de nocividade do meio familiar pode ser tomada como o grande trunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças.

A FAMÍLIA NEFASTA

Inconcebível nos tempos coloniais, a imagem da família nefasta aos filhos começou a difundir-se no séc. XIX através da higiene. Nas críticas antes citadas, os pais eram incriminados pela recalcitrância com que reagiam aos conselhos médicos. No entanto, não se chegava a propor que as crianças fossem isoladas do ambiente familiar para evitar suas inconseqüências. Foi isto que, em outros momentos, veio a ser preconizado. Do contrário, dizia-se, a má influência do clima doméstico deitaria por terra os benéficos esforços da higiene.

O caso da educação das crianças em colégios entrava nesta categoria: «Os pais que, por complacências e amores mal entendidos, contribuíram no primeiro período da vida para a ruína do temperamento e constituição de seus filhos, continuam desgraçadamente, em nosso país, a exercer sua funesta influência sobre eles, no interior dos estabelecimentos a que foram confiados.

«Querem que se dê a seus filhos uma alimentação superabundante, esquisita, bem adubada, que agrade ao paladar; querem que se lhes ofereçam leitões bem fofos e macios, onde sejam bem agasalhados; que não se obriguem seus filhos a passeios longos, porque a fadiga, o sol, a chuva a que porventura se exponham-lhes fazem mal; que não se exercitem na ginástica, porque podem machucar-se ou mesmo ferir-se; querem enfim que se lhes poupem algumas dores e lágrimas, não reparando que, procedendo assim, lhes preparam para o futuro males sem dúvida imensamente mais deploráveis.

«Se considerarmos esta influência pelo lado moral, a encontramos não menos contrária ao alvo que se deve visar. As saídas dos alunos, freqüentes e indispensáveis no sentir dos pais, facilitando-lhes os entretenimentos perigosos do exterior; conversas indiscretas, leitura de romances e outras obras quejandas, quantos tropeços não acarretam à educação?»⁴¹

Sobre o mesmo tema um outro higienista opinava: «As saídas ou comunicações dos alunos com o exterior; as obras imorais e entretenimentos secretos são causas que poderosamente contribuem para a perda dos costumes. Nada com efeito é tão nocivo aos costumes dos educandos como sua freqüentes saídas e comunicações com toda sorte de pessoas do exterior. Eles com isto perdem muitas vezes o gosto de trabalhar, adquirem o da dissipação e dos prazeres, ornem sua imaginação de sedutoras imagens e realmente perigosas, ouvem máximas que o pudor, a honra e a delicadeza repelem, e são testemunhas de muitas ações contrárias aos princípios de uma boa educação. De um grande número de pais inconsistentes, irrefletidos, que falam com pasmosa leviandade e indiferença das regras da moral, que só se ocupam dos prazeres, ou que não dão importância senão aos meios de adquirir muito dinheiro, quão poucos há que cuidem de oferecer a seus filhos bons exemplos, de fazê-los ouvir só máximas úteis e de não apresentar-lhes senão prazeres que não tragam perturbação alguma à sua viva e fogosa imaginação! Julgai portanto dos resultados, que devem ter as freqüentes saídas dos alunos do lugar destinado e adaptado a sua educação; é querer perder em um instante o fruto de muitos esforços e muitas preocupações; é introduzir continuamente os vícios e as máximas perniciosas do exterior em seu lugar em que só se deve respirar trabalho, decência, honra, delicadeza, enfim, o amor do belo, do bom e do honesto.

«Convém pois estabelecer como regra fundamental que os educandos não saiam do interior do colégio senão depois de

acabada sua educação; ou que caso saiam não possam apresentar-se nele senão como alunos externos, para receberem a instrução comum. Os pais ou correspondentes dos alunos internos terão permissão de vir de quinze em quinze dias visitá-los durante suas recreações. Se esta regra, apesar de sua imensa importância e utilidade, parecer demasiado severa, dever-se-á proibir a saída ao menos durante o curso letivo e restringi-la ao tempo das férias. Mas então será preciso dar aos pais uma instrução particular sobre o que devem fazer para não contrariarem o sistema de educação que se segue.»⁴²

A idéia de nocividade familiar teve seu apogeu nas teses sobre alienação mental, onde a família tornou-se um dos principais determinantes morais da loucura e o isolamento do louco, uma das regras fundamentais de seu tratamento.⁴³

Reduzida à condição de fator patogênico, a família encontrava-se, enfim, preparada para sofrer a intervenção médica. Intervenção que revelava os segredos da vida e da saúde infantis, ao mesmo tempo em que prescrevia a boa norma do comportamento familiar dos adultos. Na família higiênica, pais e filhos vão aprender a conservar a vida para poder colocá-la à serviço da nação.

O CULTIVO DA INFÂNCIA

Nas *Cartas sobre a educação de Cora*, o médico José Lino Coutinho oferece uma mostra, literal e figurada, do personagem familiar sonhado pela higiene, o pai-médico.⁴⁴ Nesta obra de ficção, o autor dirige-se à preceptora que cuida de sua filha, Cora, dando-lhe conselhos higiênicos sobre a educação das crianças. Expondo os fundamentos e objetivos de seus propósitos educativos, dizia ele: «é por este modo que se cultivam as plantas, e também por ele que se educam os homens que, quando ternos e flexíveis, recebem sem o pensarem todas as

41. Mafra, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégio, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, p. 5.

42. Cunha, Balbino Candido da, op. cit., pp. 24-25.

43. Machado, Roberto et alii, op. cit., pp. 430-432.

44. Coutinho, José Lino, op. cit.

impressões e doutrinas, mas, quando duros e grandes, tarde ou nunca se endireitam. O homem bem definido é um animal de hábitos...»⁴⁵

A concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos repete-se na totalidade dos estudos médicos sobre o tema. Era uma noção partilhada por todos os higienistas.

Em uma tese sobre a educação dos meninos, o autor dizia: «Sendo o homem em sua infância, como disse um ilustre escritor, semelhante à cera, em que se imprime a forma que se lhe quer dar e que a conserva por muito tempo e muitas vezes para sempre; porquanto nesta idade os seus órgãos têm tanta flexibilidade, que as impressões que recebem produzem sensações vivas, profundas e duradouras...»⁴⁶

Conteúdo idêntico encontra-se neste outro estudo: «Há uma lei animal (...) segundo a qual os atos repetidos regularmente tendem a reproduzir-se mesmo quando tem cessado o estímulo exterior ou interior. É a lei do hábito, que se completa pela lei do aperfeiçoamento, quando a reprodução é bem regrada. Estas noções fazem sugerir logo a utilíssima idéia de suscitarem-se os hábitos na criança. Aproveitar as primeiras épocas da vida, em que é mais fácil amoldar essa *cera mole*, como já o disse alguém, aos atos, é um grande passo para o fim a que se propõe a educação».⁴⁷

Outras vezes, a idéia recebia uma formulação mais crua, em que criação de hábitos ou educação tornavam-se, claramente, sinônimos de disciplina e domesticação: «Desde a primeira infância devem os pais *disciplinar* com todo o esmero o espírito de seus filhos, quando sua *alma ainda dócil* se presta a todas as sortes de impressões; é nesta idade que convém *reprimir e domar* suas inclinações, quando estas se mostrarem com algum pendor para aquilo que ultrapassa as raías do justo e do honesto;

45. *Ibid.*, p. 6.

46. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., pp. 35-36.

47. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 39.

e defeitos depois também não podem ser sufocados, nem com maiores esforços da razão.»⁴⁸

Por estes textos vê-se quais os métodos e objetivos da educação higiênica da infância. A técnica era a da criação de hábitos. As «más inclinações», prevenidas pela inculcação dos bons hábitos, dispensavam o uso de castigos recorrentes e os agentes externos. Seus efeitos eram duradouros, praticamente invisíveis. Implantavam-se gradualmente na «alma dócil», no «corpo tenro e flexível» sem deixar marcas perceptíveis.

Os objetivos também eram explícitos. Pela pedagogia higiênica procurava-se atingir os adultos. O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. Produto de hábitos, este indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem por que começou a sentir e a reagir da maneira que sentia ou reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à sua consciência como normal, conforme a lei das coisas ou a lei dos homens.

A criança, antes manipulada pela religião e pela propriedade familiar, ver-se-á, no séc. XIX, novamente utilizada como instrumento do poder. Desta feita, porém, contra os pais, em favor do Estado.

A disciplina do corpo

A formação dos bons hábitos na criança deveria começar pela renovação dos costumes alimentares. Com o alimento, não só eram ingeridas as «boas e más idéias», como fazia notar um médico à propósito do leite materno.⁴⁹ Sua composição físico-química era, em si mesma, geradora de características morais úteis ou perniciosas aos indivíduos.

48. Reis, João Gomes dos, op. cit., p. 5.

49. Costa, Thomas José Xavier dos Passos Pacheco e. *Considerações gerais sobre os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vemos no estado de saúde, e sobre as vantagens do aleitamento maternal*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1840, p. 16.

Considerava-se assim que: «o regime animal exclusivo produz paixões violentas e desenfreadas, torna os homens corajosos, independentes, mas ao mesmo tempo cruéis e pouco sociais.

«O regime vegetal pelo contrário embota o aguilhão das paixões e torna os homens dóceis e compassivos; mas gera-lhes a pusilanimidade, o servilismo, e fá-los covardes. (...) De longa data tem mostrado a simples observação, que os nossos indígenas, submetidos ao uso constante do regime vegetal, se tornam dóceis e tranqüilos.

«Era por este jeito simples e fácil que os padres da Companhia de Jesus se assenhoriavam dos ânimos das tribos e povoações selvagens da América do Sul, combatendo primeiro suas tendências à antropofagia e influenciando-lhes depois pouco a pouco costumes brandos pela observância rigorosa do regime vegetal e da água pura».⁵⁰

Esta mesma apreciação do valor moral dos alimentos vegetais e animais encontrava-se em vários outros autores. Sob o regime vegetal, afirmava um deles, os homens tornavam-se «supersticiosos, crédulos, e demasiado tímidos».⁵¹ Disto teriam se aproveitado os «pios» fundadores de ordens religiosas que, desta forma, «escravizavam» muitos homens que, «no vigor da idade, muitas vezes recorriam aos claustros embaídos de idéias químéricas acerca da santidade da vida monástica, ou que enganados nas suas mais diletas esperanças procuravam no retiro de um convento um lenitivo à sua dor...»⁵²

Com respeito ao regime animal, este mesmo médico afirmava: «Os indivíduos que exclusivamente se alimentam de substâncias animais, assim como possuem em supremo grau aquelas qualidades que enobrecem o homem, assim também são extre-

mos nas mais degradantes paixões; a cólera, a ambição do ouro etc., os arrasta após si e não há forças que os possam apartar desta senda que eles trilharam, por sua dureza de caráter, dureza que lhes imprime a alimentação».⁵³ E, como exemplo «histórico» do que era dito, foi apontado o seguinte fato: «Na Província do Rio Grande do Sul, uma das mais civilizadas do Brasil, os Gaúchos que se alimentam de substâncias animais quase exclusivamente (...) são dotados de prodigiosa força física, mas o seu moral é perverso, eles são dados à pilhagem, malévolo, assassinos, etc., e suas faculdades intelectuais pouco têm avançado além daqueles useiros trabalhos a que eles se acham afeitos. Em Pernambuco os Cabanos igual exemplo nos fornecem, e assim em inúmeras outras províncias.»⁵⁴

Sob este crivo passavam vários outros alimentos. Do leite dizia-se: «tem influência notável sobre o moral: fica-se mole, preguiçoso, usando-se dele; a sensibilidade geral é diminuída; as impressões são fracas, pouco numerosas, as idéias parecem mais claras, porém são pouco ativas. As paixões ficam sem vigor, dóceis, amáveis, mas a inteligência dormita».⁵⁵ Os condimentos, por seu lado, estimulavam o apetite em demasia, provocavam a repleção do estômago e o conseqüente embotamento da sensibilidade geral. Além disto, por esta excitação contínua do estômago produziam «moléstias das vísceras que eram para logo transmitidas ao cérebro, que com elas compartilha do estado de excitação, e daqui nascem explosões da sensibilidade de imaginação, seguidas de prostração, desejos ou apetites desordenados, em corpos delicados e nervosos, e em indivíduos de um natural colérico estimula a acrimônia desta paixão...»⁵⁶

A este uso anárquico dos alimentos contrapunha-se uma escolha equilibrada dos mesmos, a única capaz de tornar os homens mais «dóceis e sociáveis».⁵⁷

50. Padilha, Francisco Fernandes. *Qual o regime alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Que moléstias mais comumente grassam entre elas? Que relações de causalidade se encontram entre esse regime e as moléstias?*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 53.

51. Rosário, Alexandre José do. *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas sobre o moral do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839, p. 8.

52. *Ibid.*, p. 9.

53. *Ibid.*, p. 6.

54. *Ibid.*, p. 7.

55. Padilha, Francisco Fernandes, op. cit., p. 17.

56. Rosário, Alexandre José do, op. cit., pp. 21-22.

57. *Ibid.*, p. 10.

Aparentemente ingênuas, essas concepções médicas sobre a alimentação tinham ambições bastante lúcidas. A primeira meta desta revisão crítica dos alimentos era, naturalmente, demonstrar a ignorância dos pais. No entanto, outras finalidades que não essa informavam o verdadeiro sentido da higiene alimentar.

Observa-se, por exemplo, que nos dois estudos a religião é tomada como responsável pelo mau uso da nutrição e, o *homem religioso*, como modelo de servilismo e pusilanimidade. A medicina social procurava destilar a idéia do mal que podia advir a uma sociedade dominada pela mentalidade pré-científica. O governo religioso dos indivíduos era mostrado como autoritário, destruidor das qualidades viris dos homens.

A defesa da secularização dos costumes, entretanto, vinha condicionada à sujeição médica. Os indivíduos religiosamente alimentados eram servis. Mas, completamente livres de qualquer regra alimentar, poderiam caminhar para o pólo oposto e se tornarem violentos, perversos, malévolos e assassinos. O exemplo histórico dos Cabanos e dos Gaúchos comprovava esta verdade. A alimentação animal, medicamente desequilibrada, era tida como causa das guerras do período regencial. O comportamento político rebelde às diretrizes do Estado agrário poderia ser domesticado desde que se concedesse aos higienistas o direito de bem alimentar a população. Neste nível é evidente a ligação ideológica do movimento higiênico com a tática de «estatização» dos indivíduos.

Enfim, é possível notar, em meio às prescrições alimentares, a penetração dos costumes europeus no Brasil e as reações de adaptação à transformação cultural. A opinião sobre os condimentos é dessa ordem. Os europeus não toleravam alimentos muito condimentados. E, como já ocorrera em outras áreas, seus costumes, neste aspecto particular, eram julgados superiores aos dos brasileiros. Um médico observava que certas moléstias, como a erisipela, tinham diminuído sua incidência em função das «modificações determinadas no regime alimentar pelo contato dos ingleses, em primeiro lugar, e dos outros estrangeiros ao depois, os quais, a par dos seus costumes, importaram-

nos uma série de alimentos novos, quase desusados em outras eras.»⁵⁸

As variações teóricas sobre o tema da alimentação eram infinitas: luta pela secularização das mentalidades e europeização dos costumes; defesa da intrusão médica no universo cotidiano da família; demonstração da incompetência familiar no cuidado com os filhos, etc. Todos esses pequenos movimentos político-alimentares, buscavam, em síntese, criar um corpo adulto, cuja força e vitalidade fossem a prova do sucesso higiênico. A sociedade brasileira idealizada pela higiene seria composta desses homens rijos que, desde crianças acompanhados de perto pelos médicos, um dia estariam prontos para oferecer docilmente suas vidas ao país.

O ADESTRAMENTO FÍSICO NO ESPAÇO DA ORDEM

Ao lado dos trabalhos sobre amamentação, as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. A importância deste enquadramento disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos, que viam na educação física um fator capital na transformação social: «O benefício e a utilidade comuns são o objetivo principal da ginástica; a prática de todas as virtudes sociais, de todos os sacrifícios mais difíceis e generosos são seus meios; e a saúde, o prolongamento da vida, o melhoramento da espécie humana, o aumento da força e riqueza individual e pública são seus resultados positivos.»⁵⁹

O internato pode ser visto como o protótipo deste espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório. Separados das famílias subter-

58. Padilha, Francisco Fernandes, op. cit., p. 20.

59. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 21.

se-iam com exclusividade às criteriosas regras da pedagogia higiênica. O novo homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no colégio.

Sem dúvida, a ocupação dos colégios fez parte da estratégia de medicalização do espaço urbano. No entanto, o valor tático dessas instituições sociais era dado pela importância que elas adquiriram no séc. XIX.

A renovação da sociedade brasileira, após a chegada da Corte, incrementou a demanda de escolarização. As famílias nativas, pressionadas pelos costumes europeus e por necessidades econômicas, passaram a desejar que os filhos tivessem um melhor nível de instrução. Este movimento foi impulsionado, a partir da segunda metade do século, quando foi construída a primeira via férrea e quando houve uma melhoria geral do sistema de transportes. As famílias rurais puderam, mais comodamente, enviar os filhos para os internatos da Corte ou das grandes capitais. A esse aumento da demanda correspondeu um sensível aumento do número de estabelecimentos escolares. Entretanto, a proliferação dos novos colégios surgiu em meio a mudanças políticas importantes que não deixaram de influir na orientação pedagógica daqueles estabelecimentos.

Após a abdicção, as tendências políticas favoráveis ao regionalismo conseguiram uma vitória expressiva através do Ato Adicional, aprovado em agosto de 1834. Por este Ato, transferiram-se «às Assembleias Provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando dependentes da administração nacional o ensino superior em todo o país e a organização escolar do Município Neutro.»⁶⁰ Este fato histórico, analisado por Fernando de Azevedo, induziu, segundo o autor, «um extraordinário desenvolvimento do ensino secundário particular em quase todas as províncias e sobretudo nas capitais.»⁶¹

Eram estabelecimentos deste tipo que atendiam os filhos das famílias de elite. Com uma estrutura de ensino unicamente

referida aos interesses locais e provinciais, os colégios pareciam subequipados para ministrar uma instrução adequada aos alunos. Além do mais, criados pelas correntes políticas regionalistas, descomprometidas com o espírito de unidade nacional, sentiam-se absolutamente desobrigados de qualquer tarefa educativa que se orientasse naquele sentido. Os diretores estavam atentos a seus próprios interesses, ou, no máximo aos interesses privados das famílias dos alunos. Nenhum compromisso com a nação, com o país, sensibilizava-os. Lacuna cívica que permitiu e apoiou a invasão higiênica no terreno da educação.

A importância dos colégios para o movimento higiênico nasceu deste *deficit* nacionalista dos estabelecimentos de ensino. Os médicos perceberam a dimensão do fenômeno. O colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele.

A higiene propôs-se a suprir as deficiências políticas dos diretores, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista. O enquadramento disciplinar da criança teve seu horizonte nesta sociedade ordenada conforme as aspirações dos médicos.

— O espaço da ordem —

Sobre a função do colégio, dizia um autor: «Se a questão se limitasse ao ensino da leitura, caligrafia e aritmética, nada mais fácil que ser professor. Mas trata-se de nada menos que formar corações, preparar homens para a sociedade, aperfeiçoá-los física, moral e intelectualmente.»⁶² Este objetivo seria conseguido pela implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem: «Se a ordem é necessária por toda parte, se é o fundamento de todo o bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e

60. Azevedo, Fernando de, op. cit., p. 74.

61. *Ibid.*, p. 76.

62. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., p. 22.

moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos, sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível».⁶³

Tais regulamentos atingiam, antes de mais nada, a arquitetura do edifício onde funcionava o colégio. Recomendava-se a construção dos prédios em locais refratários a umidades e afastados das habitações privadas, para evitar o contágio com possíveis «focos de infecção». O sítio deveria ser seco, arborizado e próximo de águas correntes.⁶⁴ No interior, as salas de estudos deviam guardar uma proporção saudável com relação ao número de alunos, proporção esta que também deveria existir na relação entre tamanho do dormitório e leitos. A aeração e a iluminação deveriam ser, igualmente, bem medidas. Recomendava-se ainda que os colégios tivessem uma enfermaria e que mantivessem o mais perfeito asseio nos banheiros, cozinhas, privadas, etc.⁶⁵ Os bancos das salas de aulas, bem como os leitos em que dormiam os internos, deveriam também ser fabricados de modo a não incentivarem a moleza e a preguiça, nem tampouco o desconforto físico.

Neste espaço físico, cronometricamente pensado para produzir ordem, os alunos deviam mover-se obedecendo a um tempo não menos rígido e calculado.

— O tempo disciplinar —

A cadência do tempo deveria comandar todo o ritmo da atividade escolar das crianças. Previa-se o tempo da *alimenta-*

ção: «As refeições devem ser tomadas em horas fixas e determinadas. Três refeições são suficientes para a alimentação de cada dia: o almoço às oito horas da manhã, o jantar a uma hora da tarde, e cinco ou seis horas depois, a ceia...

«Depois de cada refeição terão os alunos uma hora pelo menos ou uma hora e meia de recreio, para que um exercício moderado possa coadjuvar os movimentos peristálticos do estômago...»⁶⁶ Igualmente previsto era o tempo do *sono*: «... os meninos de sete a quinze anos precisarão de oito até dez horas de sono por noite, enquanto que sete serão mais que suficiente para o adulto. (...) Os meninos poderão levantar-se das cinco às cinco e meia, ao toque de uma sineta, e terão meia hora para se preparar; às nove horas da noite ou pouco depois devem se achar todos acomodados»⁶⁷. E, do *trabalho intelectual*: «... duas horas de aplicação por dia serão suficientes para o menino de seis a sete anos, entretanto que aos quinze este período poderá ser inconveniente estender-se a sete ou oito horas»⁶⁸.

A finalidade explícita deste controle do tempo era de não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral.

Todavia, o que de fato se obtinha era uma nova qualificação do ócio e uma nova diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer.

Na sociedade colonial, o *lazer*, quando não se confundia com o trabalho, não era objeto de nenhuma codificação. O ócio era aproveitado anarquicamente, sem compromisso com objetivos de qualquer ordem. O tempo livre e a diversão cotidiana improvisavam-se ao sabor das circunstâncias.

Nos colégios, a higiene procurou corrigir este hábito. A recreação deveria ser formativa. De preferência estimular o corpo e o espírito mediante a escolha seleta das brincadeiras, exercícios e distrações. Nada podia ser deixado ao acaso. Além

63. Cunha, Balbino Candido de. op. cit., p. 16.

64. Andrade Jr., José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, p. 16.

65. *Ibid.*, pp. 16-17.

66. *Ibid.*, p. 23.

67. *Ibid.*, p. 39.

68. *Ibid.*, p. 38.

do que, dependente do tempo do trabalho, contrapunha-se a este último como seu pólo oposto e necessário. A recreação deveria servir à recuperação das energias gastas no trabalho. O lazer perdia seu caráter de gratuidade e progressivamente definia-se como higiene física e mental. O ócio se inseria no circuito da obrigação. Também ele tinha que ser disciplinado, e dele só deveriam usufruir os que se submetessem ao trabalho.

Esta moral do lazer correspondia ao enaltecimento do valor do trabalho que despontava na cultura brasileira. No romance, *Uma lágrima de mulher*, Aluísio Azevedo defende um ponto de vista idêntico: «Só pode ser verdadeiramente apreciado o domínio por um artista, um operário, um estudante ou outro qualquer filho legítimo do trabalho e que a este dedique toda a semana. Os amados da fortuna e bastardos do suor, que vivem paulatinamente dos seus calados rendimentos, têm sete domingos na semana e não logram conseguintemente o melhor e o mais legítimo dos prazeres — o descanso».⁶⁹

Simultaneamente ao controle do ócio, incutia-se no espírito das crianças a dimensão utilitária do tempo. Tempo não se perdia. Desperdício de tempo equivalia a desperdício de forças.

A inculcação nos jovens dos valores típicos do universo urbano, capitalisticamente mais desenvolvido, era evidente. Nada se opunha mais frontalmente ao tempo e ao espaço do viver colonial que este tipo de utilização do lazer.

Uma vez bem integradas estas coordenadas têmporo-espaciais, o colégio estava preparado para agir sobre o corpo das crianças, conforme a visão higiênica.

— O físico disciplinado —

A regra de ouro do desenvolvimento físico era a separação por idade e por sexo. Os exercícios físicos deveriam ser prescritos em função da faixa etária e das características sexuais das crianças. Comum a todas elas, porém variando de intensidade e

complexidade segundo as características citadas, só a ginástica. Este tipo de exercício físico era definido como «uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver gradualmente peças de que se compõem o nosso organismo».⁷⁰ A ginástica teria sido criada por Werner e aperfeiçoada pelo coronel Amorós, que introduziu cânticos acompanhando os movimentos, os quais tinham a vantagem de despertar nos «jovens ginastas o entusiasmo das ações belas e grandiosas».⁷¹

Além da ginástica havia os exercícios específicos. Alguns visavam a desenvolver certos órgãos dos sentidos como a visão e a audição.⁷² Outros atendiam aos preceitos da elegância e, portanto, variavam conforme os sexos. As meninas recomendavam-se o canto, a declamação e o piano. Os dois primeiros produziam o desenvolvimento dos órgãos respiratórios.⁷³ Aos meninos aconselhavam-se o salto, a carreira, a natação, a equitação e a esgrima.⁷⁴ A dança era indicada para ambos os sexos. Alguns autores consideravam que, juntamente com a esgrima, a dança comunicava ao corpo «atitudes respeitadas».⁷⁵ Outros achavam-na um «exercício precioso, porque fortalecia o corpo lisonjeando o espírito».⁷⁶

A lista dos exercícios físicos e de suas vantagens seriam intermináveis. Os médicos faziam apelo a todo tipo de argumentos para justificar a importância da educação do corpo. Gregos, romanos, celtas, gauleses, germanos e mil outros povos reputados cultos, heróicos e guerreiros eram chamados como testemunhas do valor do cultivo do corpo.

Não obstante esse suposto valor transhistórico dos exercícios corporais, essas atividades tiveram na época uma função totalmente acorde às mutações sociais.

70. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 28.

71. Ibid.

72. Ibid., pp. 33-34.

73. Armonde, Amaro Ferreira das Neves, op. cit., pp. 22-23.

74. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 27.

75. Mafra, Joaquim José de Oliveira, op. cit., p. 8.

76. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 27.

69. Azevedo, Aluísio. *Uma lágrima de mulher*, Rio de Janeiro, Ed. Tecnoprint, s/d.

Observando-se a noção de discriminação por idade nos exercícios físicos pode-se acreditar que sua lógica atendia exclusivamente ao reconhecimento das diferentes capacidades biológicas das crianças. Na verdade este era um dos objetivos dos médicos. No entanto, a criança também era mostrada como um ser em evolução, a fim de chamar a atenção dos pais para os cuidados específicos que os filhos necessitavam. Buscava-se, por este meio, reforçar a idéia da necessidade de conhecimentos médicos que pais e educadores deveriam ter para se tornarem aptos a cuidar das crianças.

Além do mais, como veremos em seguida, a divisão por faixa etária dos alunos era a condição de possibilidade para o controle da sexualidade e para o estabelecimento do tipo de aprendizado intelectual que os higienistas defendiam. A prescrição diferenciada dos exercícios físicos funcionava como prova da exigência «natural» que as crianças tinham de se distinguirem entre elas. A adequação dos exercícios às particularidades dos corpos servia de modelo à adequação dos conhecimentos intelectuais e da educação moral respectivamente ao intelecto e ao espírito. Da mesma forma que os exercícios violentos ou excessivos prejudicavam a criança, também os choques morais ou o esforço intelectual exorbitante sacrificavam sua boa evolução.

Paralelamente, criava-se nela o hábito de aprender a olhar, admirar e domesticar o corpo próprio desde cedo. O ginasta infantil não precisava de professor do corpo, quando adulto. Ele mesmo cuidaria com desvelo de todas suas faltas e excessos. Ele mesmo saberia cultivar com carinho sua anatomia e reclamar do meio ambiente quando as condições ideais para este cultivo viessem a lhe faltar.

Quanto aos exercícios específicos é quase desnecessário mostrar quais as suas finalidades. Fazer crer que a natação, a esgrima, a equitação, o canto, a dança e o piano eram benéficos ao desenvolvimento físico, foi a maneira de tornar conformes à «natureza» os sinais de classe da burguesia. A educação higiênica, mediante essa manobra, procurava fazer com que as crianças aprendessem a retirar do comportamento social burguês benefícios e prazeres físicos.

O dispositivo normalizador da higiene oferece, neste caso, uma mostra exemplar de seu funcionamento. Os indivíduos são levados a compactuar com a ordem dominante, extraindo prazer da servidão.

A REGULAÇÃO DO SEXO

A preocupação com o controle da sexualidade das crianças internas foi longamente explorada pela medicina. O sexo desregrado foi objeto de uma atenção desmedida. Em particular, a masturbação que aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens.

A masturbação era tida como causa dos mais diversos males, e os médicos não poupavam esforços para apresentá-la sob as cores mais negras. Os indivíduos dados à masturbação, diziam um higienista, «emagrecem quase rapidamente, os olhos tornam-se turvos, cercados por uma fita lívida, tristes, as pálpebras ingurgitadas, vermelhas, pesadas, sobretudo as superiores, coladas ao despertar, olhar fixo e atoleimado, dirigido para o chão, fisionomia triste e taciturna, estado de languidez, aumento do apetite para compensar as despesas da economia, andar cambaleante, falta de coordenação nos movimentos, fraqueza muscular na região lombar, tremor nos membros, suores noturnos, urina turva e sedimentosa, calafrios quase contínuos, voz rouca, palidez...»⁷⁷

A masturbação lesava os sistemas *digestivo* (meteorismo, vômitos, gastrites, gastralgias, euterites, diarreias, constipações; absorção intestinal imperfeita, etc.); *circulatório* (hipertrofias dos músculos cardíacos, dilatações musculares, aneurismas, síncopes, apoplexias, etc.); *respiratório* (dicção difícil, gagueira, discordância nos sons, voz fraca, rouquidão, tosse seca, ansiedade torácica, falta de desenvolvimento do tórax, respiração difícil, sufocação, catarro crônico, tuberculose, etc.); *nervoso* (coreia, epilepsia, histeria, nervosismo, insônia, hipocondria, hipereste-

77. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida. *O Onanismo na mulher: sua influência sobre o físico e o moral*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1886, p. 27.

sia, vertigens, etc.).⁷⁸ Sem contar, naturalmente, todos os malefícios e deformidades que trazia ao aparelho gênito-urinário.

As descrições dos «onanistas» eram as mais tenebrosas: «tive ocasião de ver uma infeliz mãe que pediu-me que fosse ver sua filha vítima... do hábito funesto, objeto de sua maior dor.

«Estava-se no inverno, era noite; conduzido por esta senhora a uma janela de uma saleta, que se abria para o jardim; vêde, disse-me ela, afastando um dos postigos da sala, se me devo lastimar!

«Vejo com efeito uma pessoa, de 30 anos, no máximo, sentada junto de uma mesa com um castiçal; o pescoço e o peito mal cobertos, as mãos automaticamente abandonados sobre as coxas, pés nus, cabelos desgrenhados, face descarnada, espáduas e extremidades de seus membros salientes sob as vestes e enfim esta pessoa se achava em imobilidade completa».⁷⁹

Este mesmo clima de terror foi relatado no caso de um menino: «Entrou neste ano para o hospital da Santa Casa da Misericórdia um menino epilético e já idiota pelos efeitos do onanismo; sua face estampava o vício e o padecer; teria ao muito doze anos; seu corpo era franzino e atrofiado, mas os órgãos genitais eram prodigiosos e tão completamente desenvolvidos como se fossem de um homem».⁸⁰

A organização interna dos colégios deveria, portanto, regular-se de forma a prevenir e combater a masturbação. O «isolamento» e o «marasmo» deviam ser evitados por meio de ginástica e outros exercícios coletivos. A tendência à excitação sexual, através de uma nutrição com base em «alimentos temperantes» não muito «substanciais».⁸¹ A forma dos bancos nas salas de aulas também deveria adaptar-se ao porte dos alunos, a fim de evitar compressão dos genitais ou o contato físico entre eles.⁸² Não se devia permitir que dormissem sós em quartos separa-

78. *Ibid.*, pp. 37-39.

79. *Ibid.*, p. 40.

80. Sá, Miguel Antônio Herédia de, op. cit., p. 16.

81. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 39.

82. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida, op. cit., pp. 20-21.

dos.⁸³ À noite, os dormitórios deveriam conservar acesa uma «lâmpada ardente» para intimidá-los.⁸⁴

Todavia, nada substituiu a «vigilância moral», que era a permanente disposição dos responsáveis pelas crianças em prevenir os sinais precoces da masturbação e ter em mente os meios de preveni-la. A este respeito, um médico oferecia um manual quase completo de como combater a masturbação e os pequenos masturbadores: «Todos os meios de investigação deverão ser postos em prática a fim de surpreender-se o segredo, em geral difícil de ser ocultado aos olhos do observador perspicaz, e, descoberto este, restará empregar os meios que a razão nos dita e que a ciência nos aconselha para desenraizarmos o mal, se possível for, ou pelo menos atenuarmos a acrimônia das suas conseqüências; nestas investigações, porém, deve reinar a maior circunspeção, para que se não vá despertar em uma alma cândida e pura a idéia de um desvario a que até então tenha sido inteiramente estranha. Não só o estado da constituição dos alunos será observado e seguido em suas diversas modificações, mas perscrutar-se-á também as suas disposições morais por meio de questões astuciosamente redigidas e os seus leitos e vestes serão todos os dias examinados, quando houverem suspeitas sobretudo; da fiel execução destes e outros preceitos de igual simplicidade depende muitas vezes o futuro de uma vida inteira.

«As regras tendentes a prevenir os estragos e a disseminação do mal entre os frequentadores de uma pensão serão pouco mais ou menos as seguintes: 1º, não admitir no seio da comunidade mancebos de costumes e hábitos suspeitos; 2º, proibir aos alunos a conservação e a leitura de livros eróticos, as palestras levianas, e tudo que possa excitar para mal a sua imaginação ardente; 3º, repartir completa separação de idades; 4º, proibir uma comunicação muito livre entre os pensionistas e os alunos externos, quando os hajam de uma e outra classe; 5º, prevenir o despertar precoce da sensualidade por meio de exercícios bem

83. Gomes, Antonio Francisco. *Influência da educação física do homem*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852, p. 12.

84. Mafra, José Joaquim de Oliveira, op. cit., p. 6.

No Brasil esta realidade foi confirmada por higienistas que verificaram *in loco* a duplicidade de efeitos instaurada pelo controle médico da sexualidade. Eis uma das referências mais expressivas a este fato: «Os colégios, os internatos, as casas de educação são, não poder-se-á dissimular, focos de contágio moral que se estendem aos recém-admitidos de toda idade; e se o vício endêmico desses estabelecimentos poupa uma criança, ela não tarda a sucumbir às solicitações espontâneas dos órgãos genitais que se despertam e lhe criam um novo sentido. O onanismo reina como senhor entre a mocidade dos colégios e casas de educação. Com efeito, a maior parte dos alunos dos internatos tem atingido a idade de 14 anos; começa para eles a época da puberdade. A aparição da virilidade causa-lhes tristezas e melancolias que os faz procurar a solidão; e aí a natureza lhes inspira desejos que os leva muitas vezes a descobertas tão contrárias à sua saúde como aos bons costumes. Com a reclusão, a instigação diária e muitas vezes quase continua da excitação vai, pouco a pouco, embotando as faculdades intelectuais, o seu desenvolvimento orgânico não continua; há mesmo parada do desenvolvimento geral do organismo, enquanto que o dos órgãos solicitados se faz com assustadora precocidade. Vício quase tão velho como o mundo, praticado por todos os povos da antiguidade histórica, nasce do isolamento ou da vida comum de indivíduos do mesmo sexo e de parentesco distinto. Ora é a pedersantia, fazendo esgotar todas as energias funcionais pelo exercício de uma função que a novidade das sensações convida a pôr em prática, sujeitando os meninos às moléstias dependentes desta ordem de causas cujas conseqüências apresentar-se-ão mais cedo ou mais tarde (...). O internato é deplorável a todos os respeito (...) e particularmente antipático ao higienista, mais ainda para os rapazes do que para as raparigas, cujo regime sedentário é a vocação. O internato é nulo para a educação e torna-se odioso para os pensionistas».⁸⁹

89. Vasconcellos, Carlos Rodrigues de. *Higiene escolar, suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*. Tese de concurso, Rio de Janeiro, 1888, pp. 10-13.

dirigidos, pela abolição de alimentos excitantes, etc.; 6º, punir o culpado (grifos meus) repreendendo-o asperamente, ou, segundo a gravidade do crime (grifos meus), expelindo-o do colégio; 7º, medicá-lo se carcer dos socorros da arte.»⁸⁵

Os «socorros da arte» médica, no caso, iam de «bromuretos de potássio; cânfora; sódio; amônia; lúpulo e calmantes», empregados no combate às *conseqüências* do «onanismo», até a *prevenção* por meios mecânicos: «camisola de força, infibulação, clitoridectomia, neutrotomia isquio-clitoridiana, e aderência dos grandes lábios»⁸⁶.

Embora os partidários deste tipo de tratamento antimasturbatório fossem uma exceção e não se tenham testemunhos da aplicação de tais métodos às crianças, o fato não perde sua importância. Ele mostra a que nível chegou a preocupação higiênica em controlar a sexualidade infantil.⁸⁷ A masturbação era tratada como um *crime* e o masturbador, como *culpado*.

Este exemplo ilustra a maneira como certos comportamentos foram medicamente recodificados. A masturbação, até então, era uma conduta isolada, solitária, deixada à margem da atenção social. Seu caráter privado importava pouco à mentalidade antiga. Os médicos converteram-na em «crime higiênico» cuja punição era o «tratamento». Os internatos, por seu turno, foram transformados em verdadeiras agências de detecção, caça e repressão aos inocentes criminosos.

Não sem repercussões inesperadas para os próprios higienistas. Como observou Foucault, o conjunto da sociedade européia do séc. XIX teve nos colégios um poderoso veículo de incitação às formas de sexualidade que, no registro do discurso, eram justamente as mais abominadas por médicos e pedagogos.⁸⁸

85. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., pp. 30-31.

86. Camillo, Alexandre Augusto D'Almeida, op. cit., pp. 50-51.

87. Jos van Ussel e Thomas Szasz descreveram em detalhes toda essa tecnologia brutal de combate a masturbação, preconizada pelos médicos europeus nos fins do séc. XVIII e no curso do séc. XIX.

ver: Ussel, Jos Van, op. cit.

Szasz, Thomas, *The manufacture of madness*, Delta Book, New York, 1970.

88. Foucault, Michel. *História da Sexualidade. I: A Vontade de Saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

De espaço utópico da ordem, o colégio se transformara em local de fomentação permanente da masturbação e do homossexualismo. Entretanto, essa voz dissidente no julgamento do colégio persistia crítica com relação à masturbação. Renegava os instrumentos, mas não os objetivos. O masturbador continuava sendo perseguido como um transgressor.

A consideração destes elementos impõe uma conclusão: se a masturbação foi capaz de mobilizar tamanho esforço dos médicos e um tal aparato disciplinar é porque devia ter uma importância decisiva na organização social. Se só a partir do séc. XIX a criança masturbadora começou a ser considerada «criminososa», e portanto vítima da perseguição que lhe foi movida pelos educadores higiênicos, é porque seu valor político-econômico alterou-se.

Ussel admite que o aburguesamento da sociedade criou, como ideal humano da sexualidade, a unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação. Deste modo, passou a ser tida como ilícita a *sexualidade fora do casamento* (amor livre, coito pré-conjugal ou extra-conjugal); a *sexualidade sem amor* (prostituição, masturbação); ou, a *sexualidade sem procriação* (homossexualidade, sexualidade infantil, sexualidade do climatério).⁹⁰ Este ideal deve ter seguramente existido, se não continua existindo. Mas, o fundamental é ver a que ele serviu e com que intenção foi estabelecido.

Quando analisamos o problema higiênico da masturbação infantil, vemos que ele está explicitamente referido à proteção do corpo, da saúde e da vida da criança e do adulto. A higiene da sexualidade tentava preservar os indivíduos do desgaste físico que ele e sua prole poderiam vir a sofrer em consequência da masturbação. A criança masturbadora gerava o adulto débil, sujeito a abortos e esterilidade. O masturbador era antes de tudo um irresponsável, incapaz de avaliar a incidência social de sua mesquinha prática de prazer. Auxiliado pela omissão familiar, conduzia-se egoisticamente, sem compromissos com a perpetua-

ção de seu grupo social nem com o futuro do país: «assim aconselhamos que o número de recreios seja aumentado, e durante eles os exercícios ginásticos postos em prática para distrair (da masturbação) esta gente (as crianças), que do contrário ficará de físico e moral estragados e a pátria iludida por ver as suas esperanças malogradas; pois que é desta brilhante mocidade que ela espera sua salvação e prosperidade futura».⁹¹

A organização do dispositivo antimasturbação nos colégios foi um dos meios encontrados pelos médicos para educar as crianças com este objetivo social. O colégio tornou-se necessário como alternativa à inseqüência política das famílias.

Neste sentido, a higiene seguia de perto o espírito da época. O poder familiar foi sistematicamente atacado por todos os ideólogos do Estado agrário nacional justamente por este motivo. Leôncio de Carvalho, em seu discurso de defesa do ensino obrigatório, registrava no nível parlamentar a mesma luta do Estado contra a família patriarcal antiga: «Embora gozando de todas as comodidades materiais, o menor que não receber do seu afortunado pai a necessária educação, pode classificar-se como desamparado, porque sofre o maior e o mais fatal dos abandonos — o abandono da inteligência e do coração.

«O ignorante rico é mais perigoso que o analfabeto pobre, visto como dispõe de recursos com que pode traduzir em fatos os seus caprichos e desordenadas paixões.

«Em relação a estes menores, o remédio é simples: consiste em tornar efetiva a obrigação do ensino superior.

«A decretação desta medida, em referência aos pais que dispõem de recursos, não deve sofrer a mínima divergência. Em tais condições o ensino obrigatório não fere absolutamente o *patrio poder*, (grifos do autor) desde que não coaja o pai a mandar o filho a uma escola determinada, mas unicamente se lhe recuse o suposto direito de escolher entre a ignorância e a educação.

«Se o pai tem direito, diz Paul Bert, o menor e o Estado também os têm. O Estado é o protetor natural do menor, a quem

90. Ussel, Jos van, op. cit., p. 58.

deve defender contra a negligência do pai; é também interessado em que se eleve o nível da moralidade pública, e todos sabem que esse nível caminha *pari passu* com o nível da educação.»⁹²

Como o discurso político, o discurso higiênico sobre os colégios fez parte da estratégia de ataque e transformação da família colonial. No momento em que esta família começou a dar sinais de adaptação à nova ordem estatal, cessaram as exigências de segregação da criança e as acusações aos pais. Por volta das duas últimas décadas do séc. XIX, os médicos pareciam satisfeitos e mais confiantes quanto ao resultado de seu trabalho. A família já podia assumir a tarefa de cuidar dos filhos. Os internatos começam então a ser detratados; ao passo que o ambiente familiar recupera suas virtudes educativas: «A eficácia extraordinária da influência materna no desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo, parece-nos, deixámo-la provada em poucas palavras. Entretanto, alguns reformadores pedagógicos, no ardor com que pregam o ensino obrigatório, cuidam que a criança é demais na casa paterna, e querem afastá-la da influência feminina para entregá-la a mãos estranhas. Não se lembram eles que, se a educação tem por fim principal instruir e moralizar, e se a moralidade é o resultado do desenvolvimento da simpatia, aos seres mais simpáticos é que compete propriamente desenvolver nos outros as afeições destinadas a prevalecerem. O melhor preceptor, o que reunir a máxima moralidade cabedal científico, nunca conseguirá substituir a mãe em sua função principal, jamais fará um homem.»⁹³

Esta família estava longe de corresponder à representação da família imprudente que não se dava conta de que os filhos cresciam e que, não mais sendo crianças, precisavam ter a sexualidade controlada e dirigida para a utilidade e o bem comum. Nela a mulher estava pronta para assumir, como mãe higiênica, o papel antes reservado aos internatos e aos professores medicalizados.

92. Educação da infância desamparada, Discurso do Conselheiro Leônito de Carvalho, Rio de Janeiro, Nacional, 1883, pp. 14-15.

93. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 38.

A DISCIPLINA INTELECTUAL

Tivemos ocasião de observar como nos colégios a atividade intelectual deveria alternar-se regularmente com períodos de repouso e variar conforme a idade dos alunos. O excessivo uso da inteligência poderia provocar a loucura: «As pessoas que se dão a estudos muitos sérios e aturados, e se entregam ao fogo de sua imaginação, fatigando sua inteligência com grandes teorias e hipóteses, ou concentrando suas idéias sobre um só objeto, apresentam uma condição muito favorável a tornar-se alienados.»⁹⁴ Ou, então, fazer com que «força da potência nervosa que pertencia à digestão, à circulação, à nutrição, etc... revertesse para o cérebro», deixando os demais órgãos privados do estímulo necessário ao bom funcionamento: «era assim que em uns o apetite diminuía, a digestão se perturbava, as excreções tornavam-se mais raras e as palpitações mais freqüentes, a redondeza das formas desaparecia e o semblante tomava um aspecto sombrio e reservado; em outros podiam sobrevir congestões cerebrais; meningoencefalites, hipertrofias e constipações rebeldes; a hipocondria, a melancolia e todas as perversões do espírito podiam seguir-se às exagerações que acabamos de condenar.»⁹⁵

Para evitar esses efeitos desastrosos o aprendizado deveria ser feito gradualmente, moldando-se às idades dos alunos. Nesta busca de adequação do grau de aprendizagem às variações de idade patenteava-se a discrepância entre esta educação e a educação antiga.

Em linhas gerais, a educação antiga no Brasil seguia duas grandes orientações. A primeira aproximava-se do que poderia ser chamada hoje de ensino «profissionalizante». Começava com o indivíduo já na puberdade ou no estado adulto. Nessa idade, o jovem ia trabalhar com um artífice ou pequeno comerciante e, enquanto trabalhava, aprendia o ofício e habitava-se para ga-

94. Peixoto, Antonio Luiz Silva, *Considerações gerais sobre a alienação mental*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873, p. 4.

95. Andrada Junior, José Bonifácio Caldeira de, op. cit., p. 57.